

**Diretrizes de Programa de Governo para João Pessoa em 2020**  
**Partido dos trabalhadores - PT**  
**Anísio Maia prefeito**

**Por uma João Pessoa de Todos e Todas**  
**construindo a cidade sustentável do século XXI**

Introdução

João Pessoa chega em 2020 cada vez mais bela e acolhedora, enfrentando muitos desafios: desemprego, pobreza, violência, preconceito, desigualdade. A pandemia do novo coronavírus só agravou a situação. Muitos pessoenses morreram, outros milhares adoeceram. Aqui, recebemos inúmeros paraibanos, que vieram se tratar em nossa rede de saúde.

A cidade chega em 2020 com uma população de 809.015 habitantes (dados do IBGE), distribuídos em 65 bairros e dezenas de comunidades, com diferentes características espaciais, culturais, de infraestrutura urbana e de renda. A cidade localiza-se na porção mais oriental da América do Sul, sendo a capital da Paraíba, além de centro administrativo, político e cultural do estado. Seu entorno metropolitano (Bayeux, Santa Rita e Cabedelo) reúne uma população superior a um milhão de habitantes e concentra 44% do Produto Interno Bruto da Paraíba.

Há um abismo entre a João Pessoa realmente existente e a João Pessoa que todas e todos nós desejamos. Ela segue governada de modo provinciano e sem nenhuma inovação diante de desafios históricos e de novos problemas típicos da atualidade dinâmica e diversificada.

A atual gestão não apresentou capacidade de fomentar a preparação e a qualificação de nossos equipamentos e força de trabalho para as atividades que compõem nossa vocação econômica. Para agravar a situação, serviços públicos essenciais funcionam mal, como nós vimos no caso da situação da saúde em meio à pandemia do Coronavírus.

Temos a honra de apresentar este plano de governo que resulta de um amplo processo de debates, que ocorreram na série de debates intitulada “Participa João Pessoa”, que reuniu especialistas das mais diversas áreas, petistas e ativistas dos movimentos sociais e de reuniões específicas para a construção coletiva desta carta-compromisso com nossa cidade.

A idéia que sintetiza este plano de governo é construção de uma João Pessoa sustentável, de todos e de todas. Quando falamos em sustentabilidade, estamos constatando, num primeiro momento, que o atual modelo de desenvolvimento da cidade é predatório, gerando pobreza, desigualdade, violência, preconceito e consumo desmedido dos nossos recursos naturais. O que nós propomos, como alternativa, é um modelo de gestão sustentável, voltado a suprir as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Portanto, propor uma cidade sustentável passa por transformar o poder público municipal em um agente indutor de um novo paradigma de desenvolvimento, voltado a incentivar a preservação do meio ambiente e nossos recursos naturais, o bem-estar social dos cidadãos e cidadãs, com respeito à diversidade humana, e o ganho econômico de modo que não coloque em risco os 2 primeiros elementos supracitados, com políticas de estímulo ao empreendedorismo e a economia solidária, numa perspectiva redistributiva.

Quando falamos em uma cidade de todos e de todas, significa que nossa gestão estará voltada para incluir? Incluir é cuidar das pessoas, independente de possuírem deficiência física, classe social, cor da pele, opção religiosa, gênero, faixa etária, serem nativos ou imigrantes. Incluir significa que a cidade deve ofertar uma série de ações que visam garantir a igualdade de direitos e trazer para o ingresso, o convívio e a interação social, vários sujeitos e grupos sociais que não tem acesso ou possuem acesso limitado aos benefícios que a cidade oferece em suas mais diversas áreas, como saúde, educação, assistência, trabalho e renda, cultura e mobilidade.

Esta João Pessoa para todos deve estar em sintonia com a Nova Agenda Urbana, documento intergovernamental resultante das conclusões da terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Também deve estar em sintonia com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, outro documento produzido no ano de 2015 pelo países que fazem parte da ONU, - é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal, indica que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

O eixo articulador das diretrizes é Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI, processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, fauna e flora, pela soberania alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, visando garantir a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.

A transição ecológica é um processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, fauna e flora. Sustenta a promoção de transformações na sociedade, visando à distribuição da renda, à justiça social, ao exercício da liberdade, à democracia, à soberania popular e do País e a uma sociedade plural.

Isso quer dizer que devemos considerar a questão ambiental, o modo de produção e a economia de baixo carbono como aspectos a serem integrados a partir da ação do Estado e da participação da sociedade. A transição ecológica aponta para uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, da adoção de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes.

O município, por meio de suas lideranças, deve assumir a frente e participar de processos para influir nas macropolíticas em âmbito regional, estadual e nacional. O planejamento territorial deve envolver um diálogo amplo entre os municípios de uma mesma microrregião, mesorregião ou território específico, favorecendo práticas cooperativas, a implementação de políticas públicas e a busca de soluções, exigindo-se providências do governo federal. As articulações regionais são elementos fundamentais para a sobrevivência das cidades.

Para o PT, todas as pessoas que vivem no município têm direito a um **desenvolvimento urbano e rural** socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável, com direito à ampliação da participação política. Para o PT, todas as pessoas que vivem na cidade têm direito a ela: direito à moradia digna e à terra urbanizada; direito ao saneamento ambiental; direito à mobilidade, ao transporte público e ao trânsito seguro; direito à inclusão social e à participação política e cidadã. Para o PT, todas as pessoas têm direito de viver em uma cidade que, por meio de seu governo, tenha como orientação a redução das desigualdades; a sustentabilidade financeira e socioambiental; o combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais; o combate à segregação urbana e às limitações à diversidade socioespacial; o compromisso com a função social da cidade e da propriedade.

Uma segunda idéia importante é a **participação popular cidadã e o controle social**. Estas são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados em torno da luta por direitos e melhores condições de vida. A Constituição Federal de 1988, marco destas conquistas democráticas, estabelece os princípios de participação da sociedade na elaboração, gestão e controle social das políticas públicas.

Nossas políticas e nosso projeto de sociedade estão voltados à justiça social e à garantia de liberdade para todas e todos, inspirados pela perspectiva estratégica defendida por nosso partido, que é o socialismo democrático. O PT entende que a **garantia de direitos, por meio da realização de políticas sociais**, é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo e melhorar a vida das pessoas. Ao mesmo tempo, é preciso contribuir para que construam consciência crítica sobre as razões das injustiças, bem como dos projetos políticos que as sustentam.

Nas eleições, apresentaremos propostas articuladas que integrem políticas e ações para diminuir a miséria, promover o desenvolvimento e a transição ecológica nas cidades, ampliar e assegurar qualidade dos serviços públicos, esclarecendo o que é responsabilidade do município e o que é responsabilidade dos governos estaduais e federal.

O esforço de governar é normalmente centrado na definição do que fazer e para quem. É muito comum que se deixe em segundo plano o como fazer. As administrações petistas, nos diversos níveis de governo, têm se dedicado a avançar nessa dimensão do ato de governar, também conhecida como **modelo de gestão**. O PT assegurou, em suas experiências de governo, a primazia do Estado na condução das políticas públicas. Para isso, foi necessário investir na capacidade do Estado para realizar o planejamento e a gestão das políticas públicas, criando canais de participação na sua formulação, monitoramento e controle social. Essa tarefa é ainda mais importante na conjuntura atual, na qual o governo federal tem trabalhado obstinadamente na implementação de uma agenda de Estado Mínimo, que tem como resultado a redução de políticas públicas fundamentais para a população brasileira, especialmente os mais pobres. A extinção ou o esvaziamento dos espaços de participação social, conselhos, comitês, fóruns representa um ato deliberado de autoritarismo que se soma ao desrespeito à Constituição e aos demais poderes, numa ameaça permanente à democracia.

Estas são as linhas gerais e os eixos norteadores de nosso plano de governo. A seguir, estão as propostas que vão transformar João Pessoa numa cidade inclusiva e sustentável.

## 1 - MOBILIDADE URBANA EM JOÃO PESSOA

### ANTECEDENTES

Destacam-se como intervenções notáveis, no planejamento urbano da cidade de João Pessoa, relacionado ao capítulo do transporte/mobilidade, os estudos e projetos desenvolvidos por Jaime Lerner - Planejamento de Transporte Integrado de 1977 - e o Estudo de Transporte Urbano elaborado pelo GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes), no período compreendido entre 1983 e 1985. Esses estudos, somados a outras intervenções pontuais efetivadas ao longo das últimas décadas, a exemplo dos terminais de integração e de novos modelos tarifários, produziram o atual modelo de transporte/mobilidade da cidade.

Fonte: Apoio à Estratégia de Mobilidade Urbana de João Pessoa – Consórcio OFICINA – 2014.

### 2.0 O SISTEMA ATUAL DE MOBILIDADE

No sistema atual operam na cidade o sistema municipal por ônibus e o intermunicipal por ônibus e por trem. A SEMOB/PMJP gerencia o primeiro; o DER/PB gerencia o segundo e o terceiro pela CBTU/Governo Federal.

O sistema de ônibus municipal compõe-se de 99 linhas dos tipos:

TIPOS DE LINHA	Nº DE LINHAS
Transversal	3
Circular	6
Diametral	1
Radial	82
Integração	7

Total	99 <sup>1</sup>
-------	-----------------

Fonte: PLAMOBÍ da Cidade de João Pessoa / Consórcio CONCREMAT/COMAP/SISTRAN – 2019.

(1) Atualmente, segundo a SEMOB, há 99 linhas e 560 veículos, dos quais 452 ônibus operam em programação de horas pico em um dia útil, distribuídos pelos consórcios.

As linhas operadas por ônibus transportam aproximadamente 4,2 milhões de passageiros por mês.

Pesquisa Origem/Destino, realizada em 2018, revelou os seguintes dados de mobilidade, em termos de viagens por dia e por modal. Considerou-se um total de 1.298.349 viagens:

MODO	%
A pé	23,0
Bicicleta	2,7
Ônibus	21,9
Automóvel	37,3
Moto	9,7
Alternativo/Fretado	2,5
Uber/Taxi	2,2
Outros	0,7
Total	100,0

Fonte: PLAMOBÍ da Cidade de João Pessoa / Consórcio CONCREMAT/COMAP/SISTRAN – 2019.

Pesquisas de satisfação dos usuários demonstram que há reprovação sobre a qualidade do sistema de transporte coletivo, sobretudo quanto à tarifa<sup>2</sup>, lotação, acessibilidade, frequência, dentre outros aspectos.

(2) Constatou-se que em determinados dias do mês o transporte ativo (a pé) aumenta em função da renda do usuário ser insuficiente para garantir as passagens necessárias por mês.

Há aprovação dos usuários quanto à higienização dos ônibus e competência e educação dos operadores do sistema (fiscal e motorista).

É importante ressaltar, ainda, que na qualidade da mobilidade/transporte há questões críticas relacionadas à pobreza e desigualdade de renda da população, como entraves à universalização do acesso aos serviços.

### 3.0 SISTEMA BRT – UMA PROPOSTA PARA JOÃO PESSOA

O PAC da Mobilidade Urbana de 2013, programa do governo Dilma Rousseff, contemplou João Pessoa com recursos financeiros para a implantação de Sistema de Ônibus de alta capacidade (250

passageiros) denominado BRT (Bus Rapid Transit), similar aos sistemas de transporte por trilho, devido a sua operação em faixa exclusiva.

Essa mudança do padrão tecnológico pode promover a ampliação da base de usuários do transporte público, capturando demandas daqueles que utilizam o transporte individual e dos cidadãos que se deslocam a pé, contribuindo para racionalizar a rede de transporte coletivo.

O projeto do BRT de João Pessoa pode ser resumido como a seguir:

- Implantação de cinco corredores de BRT (Cruz das Armas/Pedro II/Dois de Fevereiro/Epitácio Pessoa/Área Central);
- Construção de Terminais de Integração e de Estações de Embarque e Desembarque, contendo bicicletários;
- Construção/destinação de faixas exclusivas;
- Sistema integrado com linhas de ônibus alimentadoras e ao sistema de trens urbanos da CBTU.

#### 4.0 O TRANSPORTE POR BICICLETA EM JOÃO PESSOA

A cidade de João Pessoa apesar de contar com ciclovias, muitas recentemente implantadas, ainda carece de investimentos para integrar os diversos segmentos já existentes. A ausência de continuidade entre esses segmentos dificulta a mobilidade por esse meio de transporte ambientalmente limpo e inibe a adesão ao modal.

Outro fator de inibição para o desenvolvimento desse modal é a inexistência de bicicletários em equipamentos de educação, de comércio e serviços, como universidades, shopping e locais de trabalho.

:

Discutir mobilidade significa falar sobre transporte de massa, sinalização e acessibilidade, transportes aquaviários e turísticos, ciclovias, estacionamentos e transportes individuais e de passageiros. Nosso governo, quanto ao tema mobilidade urbana priorizará:

- O estabelecimento de um diálogo efetivo e continuado, da participação cidadã e da transparência ativa e publicização das ações.
- A Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana para o município, a partir de um estudo de origem/destino e do estabelecimento de novos parâmetros da política de mobilidade, e com participação social, priorizando o transporte coletivo e não-motorizado e a acessibilidade.
- Buscaremos os demais municípios da região metropolitana, buscando soluções integradas entre todos eles.
- Reestruturação e/ou implementação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, com seu efetivo funcionamento e representatividade social.
- Articulação com a sociedade civil, com o Governo do Estado da Paraíba e com os órgãos federais de controle, para a criação de uma Câmara Técnica de Mobilidade Urbana.

- Transparência e diálogo com a sociedade civil organizada na elaboração e execução de projetos que interfiram de forma radical e definitiva na paisagem urbana.
- Priorizar iniciativas que construam uma política de mobilidade urbana e humana, em consonância com a legislação vigente e espelhando-se em modelos de cidades que assim o fizeram, fortalecendo as ferramentas de planejamento, a transparência e de diálogo.
- Resgatar o projeto do PAC da Mobilidade, abandonado pela atual gestão, apesar da disponibilidade de recursos pelo governo federal, com a implantação dos corredores para o “Bus Rapid Transport – BRT”, mais rápido e mais confortável, com a construção de terminais de integração, com bicicletários e outros serviços.
- Priorizar a construção de ciclovias e a implantação de ciclofaixas.
- Articular o sistema de ônibus municipal com o transporte ferroviário.
- Padronização das calçadas começando pelas vias centrais da cidade e avenidas principais dos bairros, melhorando o deslocamento dos caminhantes e a acessibilidade.
- Renovação permanente da frota, com a adoção de veículos menos poluentes, mais modernos e confortáveis e adaptados.
- Criação um sistema de monitoramento da qualidade do transporte coletivo pelos usuários.
- Auditoria das concessões de linhas atualmente vigentes e do custo da tarifa.
- Implementação de estudos para o estabelecimento do passe-livre estudantil.
- Priorizar ações voltadas à educação para o trânsito.
- Controle de velocidade nos principais corredores visando a redução de acidentes.
  - Melhora na sinalização das ruas e faixas de pedestre.

## 2 – Saúde

A Pandemia do novo coronavírus explicitou ainda mais a incompetência nefasta do Governo Bolsonaro na Saúde. Além de trazer recomendações inadequadas para a população incentivando automedicação e o não isolamento, o Ministério da Saúde não estruturou a compra de insumos e testes e não coordenou as ações em todo o território nacional, levando o Brasil a ter uma atuação desastrosa na pandemia. Se os dados oficiais mostram mais de 2 milhões de infectados e 90 mil mortos, é provável que o número real seja bem maior devido as subnotificações. A mortalidade e o crescimento de casos, como na maioria das doenças, é mais intensamente cruel entre os mais pobres e excluídos. Na Paraíba já foram mais de 1500 mortos, a maioria em João Pessoa, uma quantidade que supera a de países inteiros, como o Japão, país com população cerca de 30 vezes maior que o número de habitantes do nosso estado.

O Sistema Único de Saúde (SUS) vem resistindo à crise, impedindo que o desastre seja ainda maior. O SUS vinha de um período de fortalecimento e ampliação do financiamento e da cobertura da atenção básica e hospitalar nos Governos Lula e Dilma, e a ampliação do acesso com o Programa Mais Médicos. Entretanto entramos na pandemia já com os desgastes do Governo Temer e Bolsonaro como o desfinanciamento causado pela EC95, os cortes nas políticas sociais, e mais recentemente, o rompimento da cooperação com Cuba e a saída de mais de 10 mil médicos, o que agravou ainda mais a desassistência em áreas remotas.

Em João Pessoa, houve acertos nas recomendações de isolamento social e na estruturação de serviços de telemedicina, mas tivemos em muitas unidades de saúde, desabastecimento de equipamentos de proteção individual, uma testagem praticamente limitada aos testes rápidos e uma vigilância que não consegue acompanhar e isolar precocemente os casos. Associado a uma comunicação ineficaz com a população e a crise econômica e sanitária, os trabalhadores são praticamente obrigados a sair de casa e retomar as atividades, mas com uma insegurança individual e coletiva enormes.

Os problemas no SUS de João Pessoa são vários e crônicos. Sofremos os efeitos de muitos anos de uma gestão com uma relação autoritária com os profissionais, pouca participação democrática da população, e insuficiente ampliação dos serviços em uma cidade que vem crescendo muito. Até hoje, nunca houve concurso para os profissionais de nível superior da saúde da família de João Pessoa que em grande parte são prestadores de serviços, mesmo o atual prefeito tendo prometido na propaganda eleitoral sua realização, ainda na sua primeira eleição. Os trabalhadores do SUS de João Pessoa têm salários defasados, atuam em locais com déficit de insumos e, em muitas situações com uma estrutura física inadequada. Existem filas para marcação de exames, abastecimento irregular de medicamentos, e dificuldade de acesso à rede hospitalar.

João Pessoa tem um SUS grande e complexo, são cerca de 200 equipes de saúde da família além das equipes que compõem os Núcleos de Apoio a Saúde da Família. Embora haja mais de 80% de cobertura populacional, muitas equipes acabam atendendo grandes populações a elas vinculadas, e, por outro lado, também há muitas regiões descobertas, especialmente nas regiões de crescimento urbano mais intenso e desordenado, onde residem populações geralmente, mais vulneráveis. Temos o Serviço Móvel de Urgência e Emergência (SAMU) e 4 Unidades de Pronto Atendimento: Valentina, Oceania, Cruz das Armas e Bancários. E compoem a média e alta complexidade, a cidade possui os Centros de Atenção Integral à Saúde, e os hospitais de OrtoTrauma (Trauminha), Valentina, Maternidade Cândida Vargas, e os hospitais da rede estadual, federal e outros serviços conveniados e contratados que compõem a rede de saúde. A Saúde em João Pessoa cresceu muito com os recursos e programas decorrentes dos Governos Lula e Dilma, mas a população precisa de mais. Precisamos de um Governo que priorize o financiamento e a reorganização do SUS, com democracia, transparência e participação popular. Para isso, é essencial uma gestão que trabalhe de forma integrada com todos os setores para proporcionar o melhor cuidado para sua população.

## PROPOSTAS PARA A SAÚDE DE JOÃO PESSOA

### 1.0 Fortalecer o combate ao COVID-19 e a estruturação da política para o pós-pandemia

Até a disponibilização da vacina que ainda é incerta continuaremos sob o risco de novos surtos do novo coronavírus. É fundamental uma estratégia de acompanhamento da pandemia que envolva a criação de uma vigilância em saúde efetiva articulada com teleatendimento, identificando rapidamente os casos, realizando exames de confirmações de maneira ampla e inteligente, buscando maior disponibilidade de testes por PCR e assim isolando os doentes e seus contatos mais cedo. Só assim teremos um funcionamento do comércio e da vida social sem prejuízo a saúde das pessoas. O combate e o acompanhamento ao COVID-19 será realizado com a garantia de segurança ao profissional de saúde com Equipamentos de Proteção Individuais Adequados e pagamento devido de adicionais de insalubridade a todos os profissionais envolvidos no cuidado a paciente sintomáticos.

- Democracia e Participação Popular na Defesa do SUS e da Reforma Sanitária Brasileira (RSB)

Para o fortalecimento do SUS é necessário resgatar a participação popular nas construções das políticas públicas e a ideia de que saúde se constrói conjuntamente com cidadania, direito a terra, a moradia, educação e segurança alimentar. É necessária a mobilização popular e a formação política. Defendemos a autonomia do Conselho Municipal de Saúde com estrutura adequada, e a ampla criação de conselhos locais e espaços de decisão compartilhada nos diversos serviços de saúde.

- Concurso Público e Desprecarização do Trabalho

Criação da carreira para os profissionais de nível superior na saúde da família, com realização de concurso público para contratação de trabalhadores em substituição aos postos de trabalho em situação de contratos precários. Abertura de novas vagas para a gestão e para a média e alta complexidade com reajuste e melhoria do plano de carreira da saúde, construindo uma mesa de negociação permanente com os trabalhadores da saúde, objetivando a garantia de estabilidade com salário digno, com incentivo a participação e construção do cuidado em saúde.

➤ Fortalecer a Estratégia Saúde da Família

A Atenção Básica de qualidade será prioridade. Investiremos na criação de novas equipes, buscando o aumento da cobertura e a redução da sobrecarga das equipes atuais, para que a população consiga um melhor cuidado, e também proporcionar às equipes de saúde melhores condições de trabalho e uma demanda adequada a sua capacidade. Além disso, as equipes de saúde devem ser ampliadas, para funcionar em horário estendido, ampliando assim a possibilidade de acesso à população e reduzindo a pressão assistencial sobre as UPAS. Priorizaremos também a qualificação dos profissionais por meio da realização de ações de educação permanente, de acordo com a necessidade de cada equipe, numa relação de colaboração com a gestão. Por fim, na nossa gestão, teremos uma central de controle e aquisição de insumos, medicamentos, e equipamentos garantindo o pleno funcionamento das UBS numa relação direta com os Distritos Sanitários.

➤ Política Integral de Saúde das Mulheres com foco em sua autonomia e no autocuidado

Atualização da Política Municipal de Saúde da Mulher com a participação dos coletivos feministas do município. Criação da Casa da Mulher como um espaço de desenvolvimento de práticas integrativas coletivas e individuais com foco na saúde integral da mulher e em sua pluralidade social, cultural, econômica e espiritual. Elaboração de programa de planejamento reprodutivo com acesso a métodos seguros de contracepção nas unidades básicas de saúde e nos serviços especializados da rede, em parceria com a residência médica e multiprofissional; Educação permanente dos profissionais sobre diversidade sexual das mulheres; Construção da Casa de Parto já prevista para João Pessoa e ampliação de acordo com as necessidades do território, modernizando o cuidado ao parto com equipe interdisciplinar, humanização e a inclusão de Doulas na equipe.

➤ Política de Saúde para a População LGBTQIA+

Promover uma Política de Saúde Integral LGBTQIA+ em articulação com o Conselho Municipal LGBT, Centro de Cidadania LGBT, coletivos, pesquisadores e profissionais de saúde. Estabelecer um programa de educação permanente em saúde da população LGBTQIA+ para os profissionais da Atenção Básica e Especializada, a fim de ofertar um cuidado integral, humanizado e livre de discriminação em todos os serviços de saúde do município. Construção de um protocolo clínico municipal e ampliação do acesso à hormonioterapia para transexuais e travestis. Fortalecer o uso de plataformas digitais como veículo de diálogo com a população e de divulgação das ações políticas dos movimentos LGBTQIA+.

➤ Saúde da População Negra

É fundamental aprofundar no município a discussão de uma política de saúde integral da população negra. Reconhecendo que as iniquidades, desigualdades e o racismo estrutural têm como consequência uma maior vulnerabilidade e morbimortalidade das populações negras brasileiras. Precisamos envolver gestores, movimentos sociais, e profissionais de saúde na construção de uma política de saúde que enfrente o racismo institucional e fortaleça a temática étnico-racial na educação permanente e na política de saúde da nossa cidade.

➤ Acesso a Exames e Especialidade

Organizar um central de regulação local para garantir o acesso rápido a exames e especialidades médicas a partir da Atenção Básica em estreita articulação com os Distritos Sanitários com ênfase nas necessidades locais, organizando a regulação, avaliação e controle sobre a qualidade e quantidade dos serviços prestados pela rede ambulatorial e hospitalar de João Pessoa. Vamos instituir o programa exame na hora certa.

➤ Acesso a Medicamentos

Ampliar a relação de medicamentos ofertados nas unidades de saúde e farmácias do SUS de João Pessoa será nosso grande objetivo, e para tanto iremos melhorar o abastecimento de medicamentos evitando as interrupções do tratamento de pacientes crônicos. Retorno da dispensação de medicamentos em todas as unidades de saúde da família, diminuindo a necessidade de locomoção dos pacientes.

➤ Qualificação da Estrutura Física dos Serviços de Saúde

Instituiremos um amplo plano de revitalização das Unidades de Saúde da Família (USFs) com ênfase numa ambiência acolhedora para o cidadão usuário e para os trabalhadores. As unidades serão dotadas de equipamentos em quantidade e qualidade adequadas, sistema de vigilância integrado e informatizadas com ligação direta com o nível regional e central das secretarias de saúde, facilitando o fluxo de informações e a disponibilização de insumos. Vamos instituir um grupo permanente para consertos e reparos e criar o cartão gestor para que os gerentes tenham provimentos de fundos para usar na aquisição de materiais necessários ao provimento das Unidades. Qualificaremos o atendimento das urgências e emergências articulando as USFs, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), hospitais e rede móvel (SAMU), segundo critérios de complexidade tecnológica com foco na regionalização do sistema.

➤ Informatização da Saúde

Informatização dos serviços de saúde e da gestão do SUS de João Pessoa. Implantação de prontuário eletrônico, possibilitando à população acompanhar a marcação de seus exames, consultas, e facilitando o registro dos profissionais de saúde, a renovação de receitas e a comunicação entre os diferentes serviços de saúde. Promover a criação de Salas de Gestão Estratégica em cada um dos Distritos Sanitários, vinculadas a uma Sala de Gestão Municipal possibilitando um processo de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos e práticas de gestão, possibilitando assim a tomada de decisão de forma georreferenciada, com mais precisão e qualidade. Criação de um serviço de Telessaúde e Telemedicina de apoio à Atenção Básica e a regulação de especialidade e exames.

### 3 – Educação

Durante os governos Lula e Dilma, a educação passou por importantes avanços no Brasil, a partir de iniciativas do governo federal que levaram à expansão dos gastos e ampliação do acesso à educação como a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais em Educação – FUNDEB, do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Pró-infância, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, Programa Universidade Para Todos – PROUNI, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras - REUNI, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Nacional de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem e o Programa Brasil Sem Fronteiras. Em nossa capital, foram centenas de novas vagas em creches, educação infantil, universidades públicas e privadas, no ensino técnico e educação de jovens e adultos. Quase cem por cento das novas vagas criadas na educação em nossa capital resultaram de iniciativas do governo federal.

Da mesma forma, o Brasil assistiu esforços no sentido da promoção de iniciativas no sentido da melhoria da qualidade da educação (especialmente da educação básica) como a implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o estabelecimento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o II Plano Nacional da Educação – PNE. Do ponto de vista da valorização dos profissionais da educação pode-se destacar a implantação do Piso Nacional Salarial Profissional – PNE.

No tocante à inclusão socioeducativa e a promoção e respeito à diversidade humana podemos citar exemplos como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei 12.639/2003,

que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares da educação.

Enquanto isso, no município de João Pessoa as coisas pouco avançaram em termos de educação. Passados quase oito anos, a educação em João Pessoa, por iniciativa da prefeitura, praticamente não saiu do lugar. Praticamente todas as iniciativas que ampliaram o acesso à educação na capital vieram do governo federal. A presença do PT no governo e, especialmente à frente da SEDEC ainda serviu como elemento de pressão para que algumas poucas iniciativas que colocassem a educação como prioridade fossem tomadas. À partir de 2015, a situação se agravou com o governo se convertendo totalmente ao clientelismo, ao conservadorismo e ao comodismo, ao gosto do prefeito. Exemplo maior foi o acordo patrocinado por ele com os setores mais conservadores da Câmara Municipal, quando da aprovação do II Plano Municipal de Educação – PME, de excluir a temática de gênero do texto.

Os números da educação na capital desnudam o discurso da gestão. A PMJP foi incapaz de promover, de fato, a expansão das vagas para creche e educação infantil Prometeu uma creche em cada um dos 65 bairros da capital. Já a prioridade para a educação em tempo integral ainda é só promessa. As metas anunciadas não foram cumpridas.

Os níveis de aprendizado na rede municipal de ensino são preocupadores. Com base nos resultados da Prova Brasil 2017, são os seguintes os níveis de aprendizado adequado: Português – 5<sup>o</sup> ano – 49%, Português - 9<sup>o</sup> ano – 28%, Matemática- 5<sup>o</sup> ano – 31% e Matemática- 9<sup>o</sup> ano - 9%. Em termos de Leitura e interpretação, os índices seguem melhorando desde 2013, seguindo tendência nacional, porém abaixo da média.

No tocante ao índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, embora as notas tenham melhorado, relatórios indicam que 24% das escolas estão em estado de alerta; Precisam de atenção: 27,8%; Necessitam Melhorar: 42,6% e 5,6% Precisam Manter a qualidade. Nos anos iniciais, a situação é pior. Embora a meta tenha sido atingida, nenhuma escola atingiu uma qualidade satisfatória.

No tocante à formação cidadã, não há atualmente em execução nas escolas municipais qualquer política centrada no tema. No que se refere à valorização efetiva dos profissionais em educação na categoria reina a insatisfação . A diversidade de gênero ou étnico cultural não tem espaço nas escolas municipais,, como uma ação articulada de governo.

É preciso mudar a política educacional do município de João Pessoa. A educação precisa se tornar prioridade de fato, ou melhor, se tornar o centro da estratégia de gestão e de desenvolvimento da cidade, coerente com o avanço da sociedade da informação e do conhecimento. Para tanto, propomos que o eixo do desenvolvimento da cidade nos próximos anos seja a construção de uma “Cidade Educadora”.

A urbis precisa ser construída como um território educativo, envolvendo o conjunto de seus cidadãos e cidadãs. Neste território, os seus diferentes espaços, tempos e atores serão compreendidos como agentes pedagógicos, que podem, ao assumir uma intencionalidade educativa, garantir a continuidade do processo de formação dos indivíduos para muito além da escola, em diálogo com as diversas oportunidades de ensinar e aprender que a comunidade oferece no seu fazer cotidiano.

Tornar João Pessoa uma Cidade Incluyente, do ponto de vista da educação, significará: investir mais e melhor em educação, articular as ações educacionais com as demais políticas culturais a exemplo da saúde, ciência e tecnologia, esporte, geração de emprego e renda, promoção da cidadania, participação social, economia solidária e transparência pública, combate ao racismo e a qualquer tipo de preconceito. Além disso, trata-se de promover o diálogo inter-religioso, o respeito à natureza, o bom convívio intergeracional, pensar novas formas de mobilidade urbana e acessibilidade plena de seus cidadãos aos serviços e espaços públicos.

Assim propomos:

- Ampliar o acesso à creches, educação infantil e à educação em tempo integral.
- Extensão da jornada discente e acompanhamento individual do aluno.

- Melhorar a qualidade do ensino fundamental oferecido pela Rede Municipal de Ensino, através de um amplo programa de parceria com as universidades públicas.
- Monitorar a qualidade do ensino oferecido na Rede Privada.
- Melhorar as condições para o processo de inclusão socioeducativa nas escolas municipais.
- Desenvolver ações para ampliar o número de crianças alfabetizadas na idade certa, com maior atenção ao **desenvolvimento da leitura e escrita**.
- Eliminação do analfabetismo adulto em quatro anos, através de uma ampla campanha que envolva a sociedade civil e nossas universidades e reestruturação das políticas municipais voltadas à educação de jovens e adultos.
- Criação do Sistema Municipal de Avaliação da Educação Básica de João Pessoa.
- Promover ações de combate à evasão e a repetência, objetivando a regularização do fluxo escolar.
- Rejeição ao Projeto “Escola Sem Partido” e estímulo a uma educação dialógica e plural.
- Promoção do Programa Municipal de Respeito à Diversidade nas escolas municipais estimulando o conhecimento e o respeito às culturas afro-indígenas.
- Promover uma educação de respeito às diferenças, combatendo o machismo, a homofobia e o racismo no âmbito das ações curriculares e da formação dos professores.
- Ampliar as ações de combate à violência na escola e promoção da cultura da paz.
- Estimular o funcionamento dos conselhos escolares, grêmios estudantis e demais canais de participação da comunidade nas decisões e a retomada das eleições diretas para direção de escola.
- Realização de concurso público para professores das creches e da educação infantil, psicopedagogos, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais concernentes às escolas.
- Criação da Mesa Permanente de Negociação envolvendo PMJP e trabalhadores em educação para discussão e negociação permanente sobre salários, plano de carreira, políticas de formação continuada e condições de trabalho.
- Criação de canais de debate sobre a educação no município, a exemplo da realização de seminários e do Congresso Municipal de Educação.
- Abertura das escolas nas férias e nos finais de semana, com a realização de atividades culturais, de esporte e de lazer.
- Ampliação do Programa Saúde na Escola, com a distribuição de óculos para 100% das crianças que necessitam e exames de saúde periódicos.
- Reestruturação da Política Municipal de Formação Continuada com o fortalecimento do Centro de Capacitação de Professores – CECAPRO e parceria com as universidades públicas e organizações da sociedade civil.
- Formação Digital - Articulada à Escola Municipal de Governo visa formar profissionais da prefeitura e estudantes da rede na linguagem digital.
- Escola Municipal de Artes – Vamos fortalecer esta escola, ampliando a difusão do conhecimento em música popular e erudita, bem como apoiar a formação musical nas escolas da rede municipal.

#### 4 – Assistência Social

##### *PROPOSTAS PARA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL – 2020*

1. *Qualificar a implementação das ações do SISTEMA ÚNICO DA ASSSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, a partir de um PLANO DE AÇÃO INTEGRADA nos TERRITÓTIOS, definidos pelo zoneamento da cidade base da atuação do Orçamento Participativo, articulando as políticas*

intersetoriais, ampliando e criando novos serviços, ressignificando os equipamentos sociais existentes sempre de acordo com a necessidade das demandas da população, estudos indicativos realizados por equipes técnicas que atuam na área e cumprindo as normativas definidas em portarias que tipificam os serviços socioassistenciais em cada município brasileiro.

#### JUSTIFICATIVA

Se faz necessário uma revisão geral na implementação do SUAS em João Pessoa, visto que, os serviços atualmente em funcionamento não respondem a contento o cumprimento de suas funções de acordo com a legislação, registra-se um esvaziamento na prestação do serviço que não respondem as demandas espontâneas da população, tão pouco as referências e contra referências da própria rede socioassistencial. (encaminhamentos de demandas de outros serviços).

2. *Expandir para 22 CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS* com 100% de cobertura dos territórios mais vulneráveis do município, com equipes qualificadas e espaço físico que favoreçam a realização das ações básicas inerentes ao caráter do serviço, que é porta de entrada para as demandas da população público alvo da assistência social, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS Lei Federal nº 8.742/ 93 no seu Artigo segundo.

#### JUSTIFICATIVA

Atualmente existem apenas 11 CRAS em funcionamento precário, o que não responde a quantidade necessária para as áreas em João Pessoa, conforme Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, CNAS e de acordo com a densidade populacional nos territórios vulneráveis que necessitam de cobertura total. Alguns deles não dispõem da equipe mínima para seu funcionamento, além da falta de condições de estrutura para o trabalho. Os CRAS ainda não são unidades de atendimento conhecidas pela população, portanto não se popularizaram como referências. No desenho do SUAS os princípios da política de Proteção Básica tem como referência os territórios para desenvolver o PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA e os CRAS são as unidades de atendimento. A exemplo, do SUS o Programa de Saúde da Família é desenvolvido nos territórios e as Unidades de Saúde - USF são as portas de entrada das ações de base tão conhecidas pela população. Essas dificuldades tornam limitantes para o desenvolvimento integral da política de prevenção na assistência social.

3. *Garantir estruturas adequadas nos serviços e equipamentos sociais da política*, para dar mais qualidade de funcionamento com condições adequadas: espaço físico, com suporte técnico e logístico para as unidades públicas da SEDES.

#### JUSTIFICATIVA

Todas as unidades de atendimento não dispõem de estruturação adequada para seu funcionamento, faltam inclusive equipamentos e internet, dificultando a execução dos serviços, o que é inadmissível em tempos de comunicação virtual e atuação através de sistemas em redes.

4. Criar *CENTROS DE CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAIS* para implementar ações de convivência e fortalecimento de vínculos entre crianças e adolescentes, jovens adultos incluindo pessoas idosas e pessoas com deficiência, membros das famílias residentes nos territórios onde os equipamentos estejam instalados, com atividades de arte, cultura, lazer e esportes e cidadania, numa ação integrada com outros equipamentos públicos, programas e projetos envolvendo parceiros da sociedade civil nas comunidades. (esses serviços responderão as solicitações de mais centros de convivência).

#### JUSTIFICATIVA

Atualmente existe 01 Centro de Convivência para pessoas idosas, localizado no Altiplano Cabo Branco, e grupos sociais organizados e acompanhados por equipes técnicas em espaços diversos, realizando atividades limitadas aos recursos disponíveis nos serviços e as poucas condições de trabalho. Partindo da lógica de que a matriz das ações deve ser a matricialidade das famílias e o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários no território onde elas residem ou tem vida social, bem como, a existência concreta de dificuldades de mobilidade que a cidade apresenta: seja arquitetônica, de transporte e trânsito, falta das acessibilidades, e principalmente a situação de vulnerabilidade das famílias envolvidas, se faz necessário priorizar a ampliação desses serviços de caráter Inclusivo. Precisamos superar a era da socialização dos públicos apenas entre seus pares. As pessoas precisam conviver nesses espaços para atividades com outros públicos na sua diversidade.

5. *Ampliar as ações dos Programas de Transferência de Renda* através da cobertura e acompanhamento as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF, acompanhamento ao público do Programa de Benefício da Prestação Continuada – BPC e a inclusão dos atuais beneficiários do Auxílio Emergencial (pandemia) nesses programas sociais após identificação e análise dos critérios.

#### JUSTIFICATIVA

Nesse primeiro semestre do ano, tudo se agravou na vida das famílias que já viviam em situação de vulnerabilidade social, ficando mais empobrecida, com menos renda, altos índices de desemprego, famílias isoladas, crianças fora da escola e outras limitações impostas pela pandemia. Essa realidade traz uma prioridade para a assistência social em torno da urgência de ampliação das ações de inclusão social para 2021 que inclui programas de geração de renda, e segurança alimentar, a partir da atualização do cadastro do público morador na sua base territorial.

6. *Regularizar os Benefícios Eventuais de acordo com o Sistema Único Municipal de Assistência Social*, que inclui ações para pessoas e famílias que se encontra em extrema pobreza, oferecendo assistência gratuita em caráter de urgência a exemplo do auxílio funeral, cestas básicas, apoio a gestantes, auxílio moradia etc.

#### JUSTIFICATIVA

A Lei que dar amparo a esse trabalho precisa ser atualizada e regulamentada para permitir o uso de recursos do co-financiamento do governo federal. Atualmente funcionam mal com

recursos próprios do orçamento e a alta demanda da população em situação de pobreza e vulnerabilidade.

A exemplo do Auxílio Moradia, que atualmente é de R\$ 200,00 (duzentos reais), sem reajuste há mais de 6 anos.

7. *Criar e ampliar para mais três CREAS como porta de entrada das violações de direitos humanos (atualmente são apenas 04).*

## JUSTIFICATIVA

A demanda de casos por violação dos Direitos Humanos tem se avolumado entre as ocorrências em todos os serviços e áreas da cidade, que chegam através de demandas espontâneas e encaminhadas pelos 07 Conselhos Tutelares, e demais serviços de toda rede municipal nas diversas políticas públicas.

8. *Fortalecer a Política Pública para o Serviço de Abordagem Social ampliando suas ações intersetoriais em especial com as políticas de saúde e os demais serviços das outras proteções, acrescentar o número de profissionais da equipe do RUARTES que atua com população de rua e dotá-la de melhores condições de trabalho.*

## JUSTIFICATIVA

Atualmente o O RUARTES quase não tem condições de funcionamento, o município descumpra todas as normativas para sua reestruturação. Funciona com uma equipe pequena e os demais serviços da Média e Alta complexidade são insuficientes em números e não respondem as necessidades das demandas das pessoas moradoras da rua que são atendidas e devem ser acompanhadas para de fato serem incluídas em programas que melhorem sua qualidade de vida.

9. *Implantar uma CASA LAR DE LONGA PERMANENCIA PARA PESSOAS IDOSAS*

## JUSTIFICATIVA

Existe uma demanda reprimida para a instalação desse equipamento devido a grande quantidade e as dificuldades encontradas nos espaços institucionais já existentes geridos por instituições da sociedade civil parceiras/conveniadas com a SEDES. Se faz necessário implantar um serviço com novo conceito de moradia e convivência para esse público sozinho, porém com necessidades de uma vida social coletiva e práticas para contribuir com o envelhecimento saudável.

10. *Criar uma Política de Recursos Humanos para a SEDES estruturando o seu quadro de servidores através da realização de CONCURSO PÚBLICO e atuar através de um plano de carreira, cargos e salários conforme as diretrizes e as orientações do NOB- RH-SUAS. Incluir nessa política o reforço à luta nacional pela REGULAMENTAÇÃO E O RECONHECIMENTO DA FUNÇÃO DO EDUCADOR/A SOCIAL, profissional tão importante no desempenho das ações da política de assistência social. Instituir normas para FIXAR COTAS DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, conforme legislação vigente.*

## JUSTIFICATIVA

A SEDES tem um número mínimo de servidores concursados em seus quadros dificultando a atuação qualificada dos profissionais na implementação da política. A grande presença de cargos comissionados e prestadores de serviços em todos os espaços torna vulnerável pela rotatividade nos quadros técnicos e demais profissionais. Com isso os processos de qualificação sofrem descontinuidade e prejudicam o trabalho.

## SUGESTÕES

Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência - Incluir no documento as propostas do FÓRUM PARAIBANO DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA que será entregue em breve ao candidato.

5 – Geração de Trabalho e Renda

## Desenvolvimento local, sustentável, endógeno e solidário

Pensar o desenvolvimento econômico de uma cidade do porte de João Pessoa reside acima de qualquer coisa em articular os setores sensíveis da economia local e, ao mesmo tempo, desencadear ações destinadas a promover a inclusão produtiva das pessoas na economia. Isso se faz, por um lado, estimulando a geração de trabalho e renda; fomentando o empreendedorismo, estimulando às atividades que empregam; oferecendo suporte aos segmentos mais frágeis de nossa economia, a exemplo dos informais, entre outros. Por outro lado, faz-se necessário estimular o consumo das famílias, e isso se faz através da realização de ações capazes de distribuir renda aos mais pobres, que são, em primeira instância, consumidores de bens e serviços de primeira necessidade.

No campo das ações objetivas, sob a tutela do município, chamamos atenção para dois fatores limitadores importantes, os quais necessitam ser enfrentados. O primeiro deles refere-se ao papel restrito que uma prefeitura tem quando na ação de atuar como agente indutor das atividades econômicas locais. De fato, a cidade de João Pessoa, assim como as demais cidades, não dispõe de grande capacidade de manobra no campo das políticas econômicas. O outro elemento que se constitui em obstáculo diz respeito à restrição orçamentária, pois, como se sabe o volume estimado de recursos orçamentários à disposição da Prefeitura de João Pessoa vem caindo ano após ano, ou seja R\$ 2,7 bilhão em 2019, R\$ 2,5 bilhão para 2020, e, considerando os efeitos da pandemia do coronavírus, já podemos prever nova queda na estimativa orçamentária para 2021.

Pois bem, as alternativas para superação de tais limites residem portanto na criatividade, depois na escolha correta das prioridades e, por último, numa melhor capacidade de gestão do setor público. Ou seja, precisamos de idéias novas para enfrentar a nova realidade. Do mesmo modo será necessário compreender que, se as camadas mais empobrecidas e os territórios mais populosos não forem estimulados, vamos apenas repetir os erros atuais e, ao mesmo tempo, legitimar anomalias estruturais, tais como, concentração de renda e esgotamento da elasticidade de resposta dos segmentos que tradicionalmente recebem investimentos. Por último, devemos considerar que a PMJP possui um conjunto de secretarias pouco operacionais, criadas para acomodar interesses meramente políticos e, sendo assim, temos uma estrutura administrativa que necessita ser replanejada e, conseqüentemente, a tarefa de melhorar o planejamento orçamentário da cidade.

São de fato desafios hercúleos, e para começar, atentamos para a necessidade da mudança do atual paradigma de gestão, apontando para a necessidade de preencher a ausência de noção organizada de desenvolvimento para, depois, empreender ações fundamentadas orientadas pelo conceito de desenvolvimento local, sustentável, endógeno e solidário.

Para fins pedagógicos, dado o enfoque estrutural, precisamos também listar os segmentos estratégicos e dinâmicos da economia popular, entre eles: o comércio informal do centro da cidade; os mercados públicos e as feiras livres; o comércio de bairro e das comunidades, a pesca artesanal; a cadeia produtiva da reciclagem; o setor de serviços; e, a economia criativa (cultural). Se conseguirmos organizar, modernizar, fortalecer e fomentar tais setores, teremos, seguramente, impactado a cidade de João Pessoa. O resto ficará por conta dos arranjos produtivos tradicionais.

Em seguida temos caminhos a serem percorridos no campo das políticas públicas, tais como, avançar na constituição de um marco legal (sistema) para assegurar o desenvolvimento e a implementação de novas políticas públicas de geração de trabalho e renda; reorganizar o fluxo de investimentos e inverter as prioridades dos investimentos públicos; reformular o sistema de microfinanciamento produtivo; adotar estratégias que favoreçam o aumento da circulação de renda nas comunidades; priorizar a busca de amparo social para os informais; incentivar a organização de cooperativas e associações produtivas; ressignificar e profissionalizar o calendário de eventos da

cidade; e investir na qualificação e no desenvolvimento do empreendedorismo, na criatividade e na capacidade de inovação dos trabalhadores e das trabalhadoras de João Pessoa.

#### PROPOSTAS:

#### INCUBADORA PÚBLICA E EMPREENDEDORISMO:

Criaremos uma incubadora pública destinada a fomentar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários (arranjos econômicos coletivos), tendo como ênfase a elaboração e execução de plano de negócios para cada empreendimento. O período máximo de incubação será de dois anos para cada empreendimento. A incubadora oferecerá orientação para tomada de crédito, assessoramento na fase de legalização do negócio, formação nas áreas de gestão e produção, apoio no desenvolvimento das marcas e dos produtos, articulação de rodadas de negociação e participação em feiras e eventos, além de consultoria contábil, administrativa e jurídica.

#### MICROCRÉDITO PRODUTIVO E NOVAS OPORTUNIDADES:

Reformulação do programa municipal de microcrédito produtivo, adotando como premissa básica a etapa de preparação para tomada do crédito (orientado). Vamos criar uma modalidade de oferta de crédito destinada especificamente à organização do trabalho coletivo e associado, amparado por uma legislação que permita o acesso das cooperativas e associação ao financiamento do investimento e do capital de giro. Outra reformulação a ser feita no programa de microcrédito será a criação de uma linha para financiamento dos bancos comunitários populares, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento da economia comunitária. Outra linha de crédito que será criada, destina-se à oferecer recursos aos trabalhadores e trabalhadoras informais, situados nos shoppings populares, feiras livres e mercados públicos, recursos esses para recompor capital de giro. Esta última modalidade destina-se a socorrer tais comerciantes dos efeitos da pandemia do coronavírus.

#### BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS SOCIAIS:

Vamos Estimular a criação de Bancos Comunitários e autogestionários nas comunidades, com a função de transacionarem Moeda Social. Os bancos deverão emitir e emprestar Moeda Social que só poderá circular na comunidade. Além disso, o banco ficará responsável por

repassar moeda para famílias beneficiárias dos programas sociais, adicionando a proporção de até 1/4 do valor do benefício depositado. Ou seja, a cada três unidades monetárias depositadas na conta do Banco Popular, o cidadão e a cidadã recebe o valor correspondente a 4 unidades monetárias de Moeda Social para realizar compras na comunidade. Será criado um aplicativo para oferta de bens e serviços que negociam com Moeda Social e promovem entregas nos domicílios. Os bancos populares trabalharão em parceria com o comércio da comunidade, resgatando as moedas sociais recebidas junto ao Banco Comunitário.

#### QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO:

Ofertar 3000 mil vagas por ano em cursos profissionalizantes, de modo a ampliar a qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras da cidade. Os cursos serão coordenados pelas secretarias que atuam na assistência social, no desenvolvimento produtivo e na gestão do turismo. Os Centro de Referência da Cidadania, os Centros de Juventude e os Centros de Referência em Assistência Social, serão os locais de inscrição e de realização da maior parte do Programa de Qualificação e Preparação para o Trabalho, totalizando 30 (trinta) pontos. Além disso, a PMJP celebrará parceria com o sistema S para oferecer cursos que demandem especialização setorial e uso de laboratórios especializados.

#### EVENTOS E NEGÓCIOS CAMINHANDO JUNTOS:

O calendário de eventos da cidade de João Pessoa será planejado de forma a fazer parte de um programa estruturado de fortalecimento da cultura e do turismo de João Pessoa. Cada evento terá o seu Plano de Negócios específico e a PMJP buscará, a partir da apresentação do Plano de Negócios, patrocinadores para os eventos. Os grande eventos passarão a ser tratados como instrumentos de geração de riqueza, de ampliação da renda das famílias e de aquecimento dos setores de turismo, hotelaria, comércio, bares e restaurante e transportes, entre outros. A meta será associar, no mínimo, um patrocinador principal a cada atividade, o qual deverá investir em programação, decoração e divulgação. Eventos como Réveillon, Carnaval, Paixão de Cristo, São João e Festa das Neves, serão profissionalizados e modernizados. Os recursos economizados pela PMJP serão empregados em outras ações de apoio ao desenvolvimento da economia criativa e da cultura popular.

#### AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DO SINE DE JOÃO PESSOA:

Vamos ampliar os postos de atendimento do SINE de João Pessoa, junto com o acesso à qualificação profissional e de inscrição para tomada do crédito produtivo. O SINE será transformado numa rede de agências de empregos, instalando escritórios nos Centros de Referência da Cidadania (CRC's), nos Centros de Juventude e em outras unidades da prefeitura espalhadas pela cidade. O objetivo será aproximar as pessoas do acesso às vagas de

trabalho e aos serviços de qualificação e financiamento ao empreendedorismo. Nos postos de atendimento do SINE o cidadão e a cidadã desempregado será inserido no cadastro nacional, receberá orientações de como se portar numa entrevista de emprego, terá o seu currículo elaborado e impresso, e também receberá um cartão que lhe dará passagem e alimentação (restaurantes populares), grátis, quando na busca orientada por uma colocação no mercado de trabalho. Além desses encaminhamentos, as pessoas serão orientadas a procurar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), quando a situação de desemprego estiver causando vulnerabilidade social na família.

## APOIO À ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS FEIRAS LIVRES

Vamos identificar e apoiar a organização de espaços da cidade onde estão nascendo feiras-livres. A expansão dessas atividades têm se dado sem o devido apoio do Poder Público, gerando improvisos, insalubridades e carências estruturais. Ao fomentar a organização das feiras, com implantação de equipamentos sanitários, de controle e de higienização dos alimentos, de asfaltamento e cobertura dos espaços, entre outras ações, a prefeitura oferece ao consumidor o acesso a gêneros mais baratos, e às comunidades mais oportunidades de ocupação e de acesso à renda. Outra medida necessária será oferecer orientações adequadas visando a preservação da saúde tanto de quem compra como de quem vende.

## CENTRO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E LOGÍSTICA:

O segmento de logística é um dos que mais oferece oportunidades, tanto para atender à necessidade dos setores atacadistas, quanto varejistas. Portanto, vamos implantar um Centro de serviços de mecânica e de logística, destinado a atender veículos de carga e ao mesmo tempo oferecer inserção dos mais pobres no segmento, seja pelo apoio ao processo de retirada da CNH e à realização de , exames toxicológicos, da formação de profissionais nas áreas de transportes maquinários e cargas, bem como de mecânica especializada. Devido o surgimento das novas atividades que trabalham com entrega por aplicativo, assim como com transporte de passageiros, também intermediados por aplicativos, os quais demandam assistência e apoio.

## FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA

Apoiar a organização produtiva dos pescadores com a finalidade de desenvolver o setor pesqueiro na capital, através da ampliação da capacidade instalada das colônias e associações, oferecendo instrumentos adequados à organização da logística do setor. Buscar o incremento das atividades, por meio da transferência de tecnologias que promovam a ampliação da capacidade de produção, do armazenamento e do beneficiamento do pescado. Promover ações nas áreas da educação, saúde e assistência social para pescadores e apoiar a inclusão produtiva das mulheres.

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

João Pessoa já dispõe de um Polo de Tecnologia Extremo Oriental das Américas - ExtremoTec, criado com o objetivo de permitir o desenvolvimento da inovação da tecnologia. No entanto, as ações desenvolvidas no polo apenas alcançam àquelas empresas já estabelecidas, em geral detentoras de considerável aporte de investimento. Faltam, portanto, mecanismo que permitam a inserção de novas idéias (inventividade), que estimulem a inovação, a criação de startups, por exemplo, e que reconheça e oriente a proteção às invenções. Sendo assim, pretendemos ampliar oportunidades na área de desenvolvimento tecnológico com a realização de feiras anuais de tecnologia e de inovação, pela captação de investimentos através da aproximação de organizações “anjo” para apoiar idéias inovadoras com capacidade de desenvolvimento e, da incubação tecnológica.

## CADEIA PRODUTIVA DA RECICLAGEM

De acordo com estudos comandados pela Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa possui aproximadamente 300 catadores organizados e pouco mais de 600 catadores sem qualquer tipo de organização ou que simplesmente trabalham sozinhos. As condições de trabalho atuais, sobretudo dos que não estão organizados, são extremamente precárias, assim como o resultado obtidos com a venda dos produtos recicláveis apresenta baixo retorno. A percentual de aproveitamento de recicláveis em João Pessoa fica em torno de 5% o que demonstra que há como se aumentar tanto o aproveitamento quanto a renda dos catadores. Para tanto, precisamos rever as metas do Plano Municipal de Resíduos que foram estabelecidas de forma pífia e sem um diálogo participante efetivo. Vamos ampliar o quantitativo de catadores organizados, respeitando a autogestão dos grupos. Vamos dobrar a quantidade de rotas de coleta seletiva na cidade; introduzir a tração mecanizada na atividade de coleta; e remunerar o custo de oportunidade dos catadores, em detrimento da coleta realizada, utilizando como fonte de pagamento os recursos economizados na atividade de coleta domiciliar realizada pela(s) empresa(s) contratada(s).

### 6 – Cultura

#### Cultura

A cultura assumirá um papel destacado na nova gestão de nossa capital, onde urge a necessidade de definição de uma nova política cultural propícia aos novos tempos árdios que se anunciam. A habitual visão de cultura continua essencial na sua concepção como conjunto de iniciativas que atendem a reivindicações das diferentes linguagens e gêneros. Mas agora, impõe-se um novo conceito de política cultural fixado no pressuposto da centralidade da cultura para as políticas públicas, que trate de encontrar soluções culturais criativas para a vida compartilhada. O papel da comunidade no novo ajuste da cultura na cidade dever tornar realidade mudanças estruturais que democratizem a criatividade.

Em todo o seu prolongamento simbólico, antropológico, produtivo, econômico, social e estético, a cultura é elemento de transformação e sustentáculo do desenvolvimento sustentável. Foi

proclamado no Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948, que toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural. Não é apenas o direito à livre criação, difusão ou desfrute, mas também o direito à participação em decisões. Um orçamento democrático para a cultura.

Nos últimos anos verificamos retrocessos na política cultural da cidade o que nos motiva a avançar. Nossa proposta engloba a cadeia produtiva e simbólica, motiva a transversalidade, abre novos espaços para artistas já consagrados, forma plateia, fomenta a produção das classes esquecidas, reestrutura órgãos públicos, propõe modificações na legislação, redimensiona ultrapassadas decisões, enfim, apresentamos iniciativas repletas de princípios, técnicas e métodos de ação que possibilitarão a experimentação de novos caminhos para interferência do Município na questão cultural. A estratégia é contribuir com uma maior inclusão cultural, criando condições para que a população possa construir ações que some para uma insurreição cultural socializante.

É chegada a hora de se substituir a política de animação artística pelo apoio a ação cultural das comunidades, dos movimentos populares. É preciso que a gestão municipal secundarize suas funções de produtor e controlador de processos e assuma seu dever de regulador, indutor e fomentador através da criação da Secretaria Municipal de Cultura com estrutura organizacional e de pessoal qualificado a um novo projeto de Política Cultural. Não iremos utilizar a Cultura para financiar ações de deformação e omissão, através de indiretos e habilidosos mecanismos midiáticos para promover o desconhecimento. Iremos promover a descentralização de decisões e de recursos destinados a Cultura, garantindo uma cidade atuante e não apenas expectadora. Convidaremos as pessoas a participar da criação de novas formas culturais, criando mecanismos e ocasiões facilitadoras para a participação popular. Os setores impercebíveis poderão ter vez, deixando de ser mera e passiva plateia.

É essencial a centralidade do ofício da sociedade civil, onde possa tornar realidade uma política cultural com novo arranjo: descentralizada, democrática e participativa. Através de uma política permanente de fomento de novas possibilidades de produção de Cultura, o governo municipal se dedicará a executar as seguintes propostas para estimular, democratizar e descentralizar o acesso e a produção da cultura em nossa cidade:

- 1- Repensar a estrutura e as atribuições da Fundação Municipal de Cultura (FUNJOPE), de forma que o órgão passe a exercer o seu papel de indutor de políticas de cultura através de processos públicos e transparentes.-
- 2- Garantir o teto (orçamentário) legal para o Fundo Municipal de Cultura (FMC) com edições anuais, ampliando as possibilidades de participação de movimentos organizados sem fins lucrativos e de microprojetos, assim como os projetos advindos de Núcleos Culturais organizados.
- 3- Criar a SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA com Orçamento Próprio, inclusive integrando as ações do Município às diversas ações do Estado e da Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal, à luz das diretrizes do Plano Nacional de Cultura. A Secretaria Municipal de Cultura terá vinculada ao seu cronograma administrativo a Fundação Municipal de Cultura da Cidade de João Pessoa (FUNJOPE).
- 4- Aplicar 1% do orçamento municipal na gestão de políticas públicas de cultura. Assegurar para a Cultura recursos próprios com percentuais crescentes no Orçamento Municipal, e agir em transversalidade com outras secretarias, órgãos públicos e instituições privadas, criando condições para que possam investir na Cultura.
- 5- Propor modificações na legislação vigente visando uma consolidação de um CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC) realmente democrático, deliberativo e representativo do fazer cultural na cidade, contemplando representações de Núcleos Culturais organizados nos bairros.
- 6- Criar os Núcleos Culturais organizados no município.

7. Garantir a elaboração de um PLANO MUNICIPAL DE CULTURA que aponte no sentido dessas propostas, descentralizando a aplicação de recursos e as decisões, democratizando a gestão pública municipal.
8. Realizar regularmente as CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE CULTURA. Participar ativamente e democratizar a participação nas Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura.
9. Criar o SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS. Intensificar a atuação de um Portal cultural, mantido pela prefeitura, onde constem informações da gestão e programação cultural da cidade e dos Núcleos Culturais, com um banco de dados público e registro de todos os envolvidos direta e indiretamente com a produção cultural; de forma a viabilizar a troca de informações e o fortalecimento das relações entre os envolvidos com a cultura do município com transparência e dinamismo.
- ~~10.~~ Garantir políticas que contemplem a cidadania e a diversidade cultural na perspectiva de políticas transversais, tais como:
  - a) Cultura e Educação: Estimular e criar programas de arte e educação. Estimular a ocupação sócio cultural das escolas, sobretudo, nos finais de semana, com atividades de recreação, criação, e atividades extracurriculares. Criar e implementar o programa de oficinas literárias nas escolas públicas municipais; Garantir nos concursos públicos vagas específicas para professores de arte educação;
  - b) Cultura e Saúde: Estimular a medicina preventiva, o uso das ervas, nutrição alternativa, e as “doulas” tendo o entendimento que saúde é um elemento cultural. Possibilitar que as expressões de cultura popular, tradicional e as artes façam parte de projetos de saúde, tais como campanhas de vacinação, combate as endemias, médicos da família, e doutores da alegria.
  - c) Cultura e Mulheres: Observar a especificidade e questões relativas às mulheres no planejamento cultural, bem como, a diversidade entre as próprias mulheres (geracional, étnica, de classe, orientação sexual, mulheres portadoras de deficiências, chefes de família etc.).
  - d) Cultura e a Promoção da Igualdade Racial: Formular políticas de cultura e arte que integrem os diversos grupos étnicos e culturais que formam a cidade: negros, brancos, índios, judeus, ciganos, orientais, islâmicos, e nipônicos, etc. Integrar ao calendário cultural oficial da cidade, datas, personagens, e símbolos religiosos e culturais dos diversos grupos étnicos sociais. Implementar a lei 11.465/2008, que estabelece a inclusão no currículo oficial do município o ensino da “Historia e Cultura Afro-brasileira e Indígena.
  - e) Cultura e Diversidade: Criar políticas antidiscriminação e de promoção da cidadania e diversidade cultural dos diversos grupos que formam a cidade (LGBTQI+, MULHERES, NEGROS, JOVENS, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIANÇAS, JUDEUS, ISLÂMICOS, ESPÍRITAS, CANDOMBLECISTAS, UMBANDISTAS, JUREMEIROS, CRISTÃOS, entre outros). Incentivar a realização de políticas de cultura para as pessoas com deficiência. Implementar medidas de ACESSIBILIDADE nos editais, programas, projetos, e equipamentos culturais da cidade, tais como, inclusão da linguagem de libras, áudio descrição, legendas, braile, rampas, e espaços reservados para pessoas portadoras de deficiências.
  - f) Cultura e Assuntos Urbanos: Incluir a cultura na formulação dos projetos de longo prazo (PLANO DIRETOR, LEI DE ZONEAMENTO URBANO E AMBIENTAL). Estimular a apropriação cultural dos diversos espaços públicos da cidade. Garantir o direito dos artistas de rua.
44. Criar e implantar a BIBLIOTECA MUNICIPAL “Professora Jemima Marques”.
42. Criar e implantar o MUSEU DA CIDADE, e o ARQUIVO PÚBLICO municipal, como forma de preservar a historia e a memória da cidade.

43. Criar e implantar ESCOLAS REGULARES DE ARTES (artes visuais, artes cênicas, cinema/áudio visual, literatura e música).
44. Garantir que os recursos destinados às iniciativas culturais e aos movimentos artísticos sejam democratizados através de EDITAIS específicos de seleção pública, repensando contrapartidas.
45. Fomentar uma mais ampla integração entre as Secretaria de Cultura, Comunicação e Turismo, garantindo visibilidade, inclusive através da TV pública, para as ações protagonistas da comunidade organizada em Zonas Culturais e demais manifestações artísticas da Cidade.
46. Promover uma ampla discussão em relação à gestão de equipamentos culturais e sua utilização, propondo a criação do centro de arte e cultura popular no Casarão 34, a recuperação e reativação do Teatro Juteca, o Teatro Ednaldo do Egito, a Casa da Pólvora, o projeto inacabado da Biblioteca Pública Municipal e da Escola de Artes no Centro Histórico (conventinho) e, o Centro Cultural de Mangabeira.
47. Incluir as praças dos Esportes e da Cultura (CEUS das artes) dos bairros Colinas do Sul, e do Vale das Palmeiras, Pontos de Cultura, bem como, os centros da juventude, e as praças da cidade, nos programas, projetos, festividades e políticas públicas de governos para a cultura, como forma de descentralizar as ações desta pasta e aproximá-las dos bairros e comunidades de periferia.
48. Realizar concurso público para trabalhadores da cultura, promovendo a valorização dos servidores a partir da formação e qualificação profissional continuada.
49. Instituir um PLANO DE FORMAÇÃO CULTURAL que oriente a gerir projetos, potencializar a geração de trabalho e renda, divulgar/consolidar a cultura local, formar novas plateias, fortalecer o intercâmbio cultural e agir como facilitador das demandas descentralizadas.
20. Desenvolver parcerias público privadas e implementar programas de BOLSAS DE TRABALHO e PESQUISAS ARTÍSTICAS culturais.
21. Repensar junto com a Secretária de Turismo, a luz do projeto de descentralização aqui exposto, a realização ou participação nas grandes festas do calendário da cidade, onde o município tem atuado como produtor. Propor o redirecionamento dos recursos destinados aos grandes eventos para atender as demandas dos Núcleos Culturais organizados.
22. Desenvolver uma política voltada à ECONOMIA DA CULTURA, estimulando a organização e o fortalecimento de empreendimentos criativos.
23. Diligenciar junto a instituições bancárias, programas de crédito e microcrédito reembolsáveis com juros menores para a cultura, principalmente para os pequenos negócios culturais.
24. Reconhecer o Centro Histórico como polo de convergência artística, cultural e criativa, onde já existe um fervilhar pungente de criatividade. Organizá-lo como Núcleo Cultural de referência.
25. Fortalecer os blocos e as agremiações populares do Carnaval de Rua e do Carnaval Tradição, das Quadrilhas Juninas e das demais expressões de cultura popular; reativando e revitalizando estes grupos, permitindo o exercício de suas autonomias criativas e proporcionando maiores possibilidades econômicas.
26. Implantar, em parceria com a Educação e o Fórum existente, o PLANO MUNICIPAL DO LIVRO E DA LEITURA (PMLL), respeitando todas as suas deliberações e ouvindo toda a cadeia produtiva do setor. Entre outras medidas, propor a criação do Vale Leitura, destinado aos professores da rede municipal de Ensino e também um programa municipal de fomento a leitura.
27. Equipar e promover a revitalização da Banda 5 de Agosto. Efetivar e reestruturar a Orquestra Municipal.
28. Para se garantir as principais políticas acima descritas, é fundamental implantar o programa *Protagonismo Assessorado (PA)*, que democratizará e promoverá a descentralização da aplicação de recursos e ações da gestão pública, a partir de práticas culturais sustentadas pelos

princípios do protagonismo e do empoderamento social. Para isso, será preciso consolidar uma administração focada em ações de Agentes Públicos de Cultura, que garantirão a intermediação com os Núcleos Culturais Comunitários na política de descentralização a ser implantada pela nova Secretária. O Protagonismo Assessorado (PA) exige inversão de prioridades. Assessoramento e empenho total da Secretária no apoio as ações onde os movimentos sociais são protagonistas. O mero desenvolvimento artístico dará espaço ao fortalecimento da cultura cidadã. A “arte-produto” abraça espaço para a “cultura-processo”. Os Agentes Públicos, assessorando os Agentes Comunitários nos Núcleos, entre outras, teriam a função de desenvolver ações a partir de discussões de temas como:

- a) Organização e elaboração de projetos para o desenvolvimento da produção cotidiana de ações culturais originadas nas comunidades, assim como outras ações que poderão ser executadas na região dos núcleos, a exemplo do Circuito das Praças etc.
  - b) Ativação das praças que têm teatros de arena, espaços e equipamentos culturais ociosos, propondo novos espaços a partir da real necessidade dos Núcleos Comunitários.
  - c) Circuito de artistas nas escolas públicas, permitindo que os estudantes do ensino público, possam dialogar entre si através do conhecimento do trabalho dos artistas nos bairros.
  - d) Oficinas voltadas para o desenvolvimento da capacidade de produção artística, assim como possíveis programas de Cultura Digital nos bairros carentes.
  - e) Revitalização e dinamização de Bibliotecas Comunitárias, assim como de ações em favor da leitura.
  - f) Economia criativa com possibilidades de geração de renda nas comunidades.
  - g) Criação de Polos fixos, tipo núcleos audiovisuais ou mesmo “Casas Populares de Cultura” em espaços de invenção coletiva, definidos e administrados pela convivência e criatividade, de modo que oportunizem encontros de discussão, exibição de cinema/teatro, escola de artes, feiras de cultura ou outras formas de arte coletivas.
  - h) Ações que oportunizem o resgate e o reconhecimento da cultura e das práticas do cotidiano dos povos e comunidades tradicionais, LGBTQI+, deficientes físicos e idosos.
  - i) Intercâmbio cultural entre bairros e integração da rede de Pontos de Cultura aos grupos culturais ligados aos Núcleos.
  - j) Disseminação e distribuição de informações culturais e mapeamento.
  - k) Instalação da Biblioteca Pública Municipal.
  - l) Fortalecer uma rede municipal de teatros a partir da reforma do Teatro Ednaldo do Egypto, recuperação e revitalização do Teatro da Juventude de Cruz das Armas – JUTECA e outros equipamentos.
  - m) Implantar ações pedagógicas culturais, através de debates, congressos, seminários, conferências e estabelecer um debate contínuo da produção, consumo e fruição cultural da cidade.
  - n) Recuperar e revitalizar a cidade antiga de João Pessoa, orientando sua utilização como meio essencial ao desenvolvimento socioeconômico local, a partir do potencial econômico e simbólico do seu patrimônio cultural e urbano, com foco na economia criativa. Recuperar e transformar velhos prédios e casarões da antiga cidade de João Pessoa em importantes equipamentos culturais tais como museus, centros de arte e cultura, restaurantes, bares e cinemas, além do estímulo à moradia. Criar programas de crédito a juros baixos em parceria com o IPHAN destinados a recuperação de prédios privados, tombados pelo patrimônio histórico e artístico da cidade, bem como, criar condições especiais de regularização fiscal para essas edificações.
29. Criação de um fundo financeiro através de uma lei que garanta para as prévias carnavalescas, o “Folia de Rua”, “Carnaval Tradição”, o “São João” e a “Festas das Neves” uma alíquota progressiva para assegurar esses festejos. Para esse fundo é necessário que seja através de uma lei para que se garanta sua continuidade.

- 30-Resgatar a tradição dos ranchos e palhoças juninas, uma manifestação onde além de uma alta aceitação e participação popular gera trabalho e renda para uma rede de trabalhadores que vai desde os montadores da estrutura aos marcadores de quadrilhas, costureiras, sanfoneiros, triangueiros, zabumbeiros, cantores de forró, seguranças, como em especial a toda culinária junina que vai do milho assado, cozinhado à canjica, pamonha, bolo de milho, pé de moleque, mangunzá além das bebidas típicas.
- 31-Inclusão Cultural. Espaços: Aproveitar espaços já existentes como os auditórios das escolas e colégios, espaços culturais, centros comunitários, convênios com Igrejas e clubes sociais, com a finalidade de transformá-los em seus horários de ócio, em escolas de arte para a população nos bairros. Uma oportunidade para se aprender música, canto, teatro, pintura e dança e desenvolver atividades artísticas como a criação de uma rede de corais na cidade. Para tal, a cidade deve ser dividida em polos para abrigar e abranger o maior número de participação social possível, priorizando as regiões mais excluídas socialmente. Nestas regiões também se produz cultura e necessita ser reconhecida e cuidada. Estas escolas de arte devem ser realizadas através de convênios e parcerias com instituições como a UFPB e o conservatório Antenor Navarro, instituições estas de reconhecidas para suas atividades em cursos de música, teatro, artes visuais e dança onde podem fornecer os professores e ministradores para oportunizar os cidadãos desenvolverem algumas dessas atividades.
- 32-Ocupação da política cultural nas escolas e colégios. Em parceria com os Centros Acadêmicos e Grêmios estudantil, inserir a política cultural, resgatando as atividades artísticas nas escolas e colégios da cidade. Assim, o retorno de festivais de música, apresentação teatrais e de danças, levando os alunos para o teatro, criação de oficinas de literaturas, palestras com autores, apresentação de tradições folclóricas são parte deste resgate no ambiente mais apropriado para o fazer cultural, as escolas e colégios. Paulo Freire sempre será fundamental para o Brasil e o mundo. Neste sentido, outro ponto a ser destacado nessa proposta é que a cultura deve ser entendida como possível a qualquer grupo social, ou seja, qualquer grupo de pessoas tem capacidade de produzir sua própria cultura e transformá-la em cotidiano, e através dela transformando-se também, seja através das brincadeiras, das suas linguagens, da produção da obras e peças de arte, em fim, de sua própria identidade quanto grupo social.
- 33-Sociabilidade. A arte e brincadeiras devem ser ponto de encontro das e nas comunidades. Assim um calendário de atividades nas praças e nas ruas estimulando estas atividades devem fazer parte dessa política que neste ponto deve se afastar ideia de polo e abranger o maior número possível de celebradores (participantes).
- 34-João Pessoa é uma cidade repleta de espaços para eventos e práticas de sociabilidade, tanto nos Bairros como também em parques como o Parque Solon de Lucena (lagoa), praças na área central, a exemplo da Rio Branco onde já acontece o Sabadinho Bom. Pensar em outros formatos de atividade, em outros dias, para levar tanto às comunidades como outras áreas de lazer do centro, onde se possa reunir pessoas para curtir artes: ver teatro, recitais, humor, shows musicais, participar de oficinas de pintura, desenhos, brincadeiras infantis, feira com os produtos culturais que vão desde CDs, DVDs, livros, discos de vinil, pintura, painéis, culinária e costuras. Neste mesmo espaço uma tenda adequada para receber o público para participarem de debates temáticos e rodas de conversas sobre cinema, literatura, pautas de cidadania e de grupos minoritário como a cultura afro brasileira, racismo, mulher, LGBT fobia, cultura indígena, cigana etc. Ainda neste item, a política cultural priorizará as produções e tradições existentes nas localidade, sejam elas artísticas, culinárias, vestuário...etc.
- 35-O baile da comunidade. Esta e uma atividade pensada com forte cunho de participação social tanto para quem vai para bailar, como fazer negócios. A rede que se mobiliza neste tipo de evento é grande. Tratamos aqui de um baile no sentido clássico, com a diferença de ser publico. Sua execução pode ser numa praça ao ar livre numa noite de luar e muitas estrelas no

céu, como nos ginásio de esporte, clube social, espaços culturais etc., para noites de chuva. A finalidade é através de uma estrutura bem adequada, com uma orquestra bem sonorizada e boa iluminação, tocando para os dançantes, oferecer os melhores serviços de um baile tradicional. Bares, segurança, recepcionistas, enfim, todo corpo funcional necessário para um ótimo desenvolvimento dessa atividade. Noutra ponte dessa proposta, surge uma grande oportunidade para as parcerias com seres privados da economia local que desejarem colocar suas marcas neste evento.

**36.** Política de incentivo a profissionalização do meio artístico da cidade. Profissionalização da categoria de trabalhadores em cultura. Entende-se como profissionalização a criação de um mercado de cultura e artes onde a cidade seja consumidora e seus trabalhadores ganhem dinheiro. Isso significa repensar os investimentos a fim de tirar seus trabalhadores da dependência intermitente das formas de incentivos oficiais, operando no sentido criar as condições e ganhar seus proventos a partir de suas próprias iniciativas. Para tanto, nossa contribuição traz com proposta, primeiro lugar a organização profissional do setor.

Cursos de formação para produtores executivos;

Cursos de marketing Cultural;

Curso de captação de recursos;

Curso de formação para técnicos.

**37.** A elaborar um calendário de eventos comerciais descentralizando a já existentes em João Pessoa levando estes produtos culturais aonde o povo está fora do Centro Histórico e praia. Existem bares, restaurantes, casas noturnas, clubes sociais, casa recepções em bairros da cidade que podem servir como casas de shows para estes artistas. Com estas medidas, estamos buscando em outras localidades da cidade um novo público e novos espaços de apresentação para artistas. Um ponto que merece destaque nessa especial nesse item da proposta, foca nas formas de investimentos que o setor público vem a décadas fazendo que precisa ser repensado. Nesta proposta avalia-as que o pagamento do cachê, além de não atender comercialmente ao contratado, condiciona a uma acomodação uma vez que quem está pago não precisa ir além da sua apresentação. Nesta proposta específica à profissionalização dos artistas, a gestão pública não entra como contratante do artista, mas sim como patrocinadora da publicidade do evento, podendo ainda, na sua primeira fase, patrocinar 50% do material técnico do evento.

**38.** Da divulgação. Entregar ao setor cultural um estação virtual onde os artistas possam criar seus espaços, homepage, sites e portais, programas em podcast ou TV virtual, aplicativos e os outros meios possíveis para os artistas divulgarem suas obras. Será necessário uma relação muito próxima entre a FUNJOP e a Secretaria de Comunicação uma vez que a comunicação é um item fundamental para o setor artístico.

## 7 – Juventude

### a. Geração de Emprego e Renda

- Micro-crédito – É preciso ampliar a política de micro-crédito atualmente oferecida e articulada com um Plano Municipal de Desenvolvimento, o Fundo Permanente de Investimentos para o Desenvolvimento e uma política de fomento à economia solidária, visando desconcentrar o financiamento de pequenos e médios negócios, estendendo-o também aos segmentos mais pauperizados da população.
- Capacitação através de cursos técnicos para jovens oferecidos dentro do Celeiro Espaço Criativo/JPA.
- Implantação/ampliação da formação em tecnologias no fundamental II, fortalecendo a ponte entre os centros de tecnologia desenvolvidos com aporte municipal e sua relação social.

- Parceiras Público Privadas para fomento e criação de vagas de emprego.
- Programa Primeiro Estágio/Primeiro Emprego remunerado abrindo vagas para os jovens estudarem nos diversos órgãos do município, de forma que eles possam vivenciar e auxiliar no aperfeiçoamento da administração pública.
- Criação e fortalecimento de cooperativas para fomentar o empreendedorismo de mulheres via linhas de crédito do banco cidadão.
- Fortalecimento e ampliação das ações dos bancos comunitários, incentivando o cooperativismo e o desenvolvimento a nível local.
- Criação e Ampliação dos programas de estímulo ao empreendedorismo jovem por meio de parcerias com o SEBRAE, empresas públicas e privadas, utilizando para isto os espaços criativos do município.
- Ampliação das linhas de crédito para mulheres jovens, incluindo mulheres jovens grávidas do banco municipal, e fortalecimento das campanhas sobre empreendedorismo responsável.
- Criação do Centro de capacitação e aperfeiçoamento das habilidades laborais dos jovens.

#### b. Economia Jovem e Criativa –

Desenvolvimento de ações da chamada “economia criativa” com destaque para a economia da cultura e outros segmentos, tendo como pólos o Centro Histórico, a Praia e o Circuito Universitário. Com espaços que contemplem jovens artistas locais, com o lançamento sequencial e anual de editais de incentivo jovens artistas, e/ou propostas de ações que sejam voltadas para o público jovem, com foco na geração de emprego e renda fixa e temporária.

#### C. Acessibilidade:

- 2.0 Ampliação e reforma de todos os espaços públicos (escolas, centros de juventude, espaços de formação, espaços de lazer) para atender os jovens PCD's em todas as suas necessidades, e em todas as áreas de atuação.
- 3.0 Programas obrigatórios de estágio para jovens PCD's em órgãos e parceiros diretos da administração pública municipal.
- 4.0 Facilitação de acesso aos locais de esporte e lazer.
- 5.0 Ampliação da frota e modais de atendimento/transporte de jovens PCDs para escolas/locais de formação e/ou atividades educacionais realizadas pelo município ou em parceria com o mesmo.
- 6.0 Garantir a implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, para a inclusão e acessibilidade desses jovens, combatendo a segregação e a discriminação, buscando a equidade no direito à participação e formação de jovens com deficiência como líderes e agentes políticos.
- 7.0 Qualificação de professores da EJA para o atendimento aos jovens com deficiência promovendo a acessibilidade nas escolas e contribuindo com o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

#### D. Educação:

- 4.0 Criação de novas escolas integrais e ampliação das já existentes, com foco em programas e ações que estimulem os adolescentes do fundamental II a continuar seu processo de formação visando não apenas acesso ao mercado de trabalho, mas também este;
- 5.0 Amplo programa de Combate ao Analfabetismo, ampliando as escolas que ofertam o EJA, e criando nestas, espaços acolhedores onde as mães jovens, possam amamentar e trocar seus filhos, deste modo podemos conciliar o direito de amamentação ao direito de educação. É necessário também que se invista na formação continuada dos professores, qualificando os mesmos para esta convivência.
- 6.0 Ampliação e Construção de novas unidades do Centro de Línguas Estrangeiras - CELEST.
- 7.0 Ampliação e Reformas dos Centros de Referência das Juventudes

- 8.0 Ampliação do Programa Bolsa Universitária para que estudantes de nosso município tenham condições de permanecer no ensino superior
- 9.0 Programa Primeiro Estágio em órgãos públicos do município, para alunos que participem de programas de formação continuada ofertadas pelo e/ou em parceria com o município.
- 10.0 Curso Pré Vestibular que contemple os estudantes de baixa renda;
- 11.0 Promoção de Campanhas de Combate ao Racismo, ao Machismo e a lgbtqia+fobia.
- 12.0 Valorização de iniciativas que tenham como princípio a interdisciplinaridade e que aproximem a prática educativa da realidade cotidiana dos estudantes com a criação de eventos municipais onde os próprios estudantes possam apresentar seus projetos para a comunidade

#### E. Esporte e Lazer:

- Criação e/ou Ampliação do Bolsa Atleta Municipal, priorizando o Bolsa Jovem Atleta, com foco na busca e formação de atletas de ponta, em todas as áreas dos esportes.
- ~~39.~~ Descentralização das opções e programas de Lazer em nossa cidade, com foco em criação de circuitos esportivos regionais em nossa cidade.



#### 06. Mobilidade Urbana:

- Passe Livre Estudantil
- Reformulação do Conselho Municipal de Mobilidade
- Ampliação das linhas, horários e disponibilização da frota de coletivos, nos horários tidos como picos de mobilidade estudantil entre bairros e universidades.

#### 07. Saúde da Mulher Jovem:

- Fortalecimento das ações de acompanhamento a saúde coletiva, com ênfase na saúde da mulher jovem. Aumento nos programas e ações de formação sobre planejamento familiar e prevenção às ISTs.
- Criação de programas de conscientização e distribuição de itens de higiene pessoal para mulheres jovens de baixa renda, cujas famílias sejam contempladas pelo CadÚnico.
- Ampliação e qualificação constante das equipes de saúde nas USF de referência, quanto a saúde das mulheres jovens e auto cuidados.
- Criação do Centro Municipal de Referência em Saúde e Acompanhamento da Mulher Jovem.

#### 8 – Ciência e Tecnologia

Até pouco tempo vivíamos a denominada “Sociedade Industrial”, porém, estamos sofrendo uma mutação que nos remete para a denominada “Era do Conhecimento”, termos com computação em nuvem, nanotecnologia, robótica e internet das coisas são exemplos do que precisamos enfrentar para os anos vindouros pós pandemia. Precisamos construir em nossa cidade um ambiente em que unamos a gama de conhecimento farto em nossa volta com o desenvolvimento que queremos para nossa João Pessoa, assim propomos políticas públicas:

- Que apontem para a efetiva criação do Polo Tecnológico da capital.

Que proporcionem a inclusão digital - garantindo o seu tripé de: conexão à internet, capacitação para uso e equipamentos eletrônicos, através de investimento nas Estações Digitais, nas escolas da rede municipal e de parcerias com outras instituições.

Que impulsionem o governo e o atendimento eletrônico ao cidadão.

Que incentivem o desenvolvimento da robótica e programação nas escolas.

Que criem programas de iniciação científica com estudantes da rede municipal.

Que estimule as parcerias público-privada na área e as parcerias entre a gestão pública e o conhecimento produzido em nossas instituições de ensino superior.

Que instalem o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, como ferramenta capaz de fomentar a construção coletiva e representativa das políticas municipais para a área.

Que apontem para a ampliação de espaços comunitários e gratuitos que funcionam como um centro de aperfeiçoamento, tecnológico, cultural, comunitário e de participação popular a exemplo da Casa Brasil, localizada no bairro Costa e Silva e o Centro de condicionamento de computadores.

Que deem ênfase ao software livre como meio preferencial de difusão e produção do conhecimento, além de seu uso nas operações administrativas, conforme carta compromisso anexa.